

PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS PELO GOVERNO FEDERAL

META

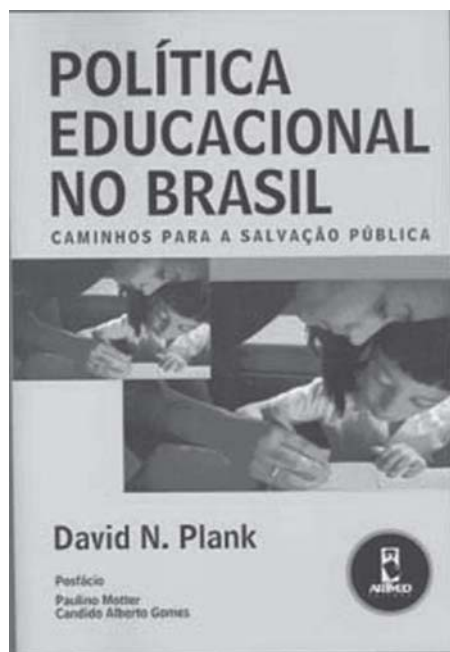
Apresentar os projetos e programas implementados pelo governo para atingir objetivos previstos na legislação brasileira.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
conhecer os programas e projetos executados com a implantação das Leis 5.692-71 e 7.044-82.

PRÉ-REQUISITOS

Conhecimentos acerca da política educacional brasileira.

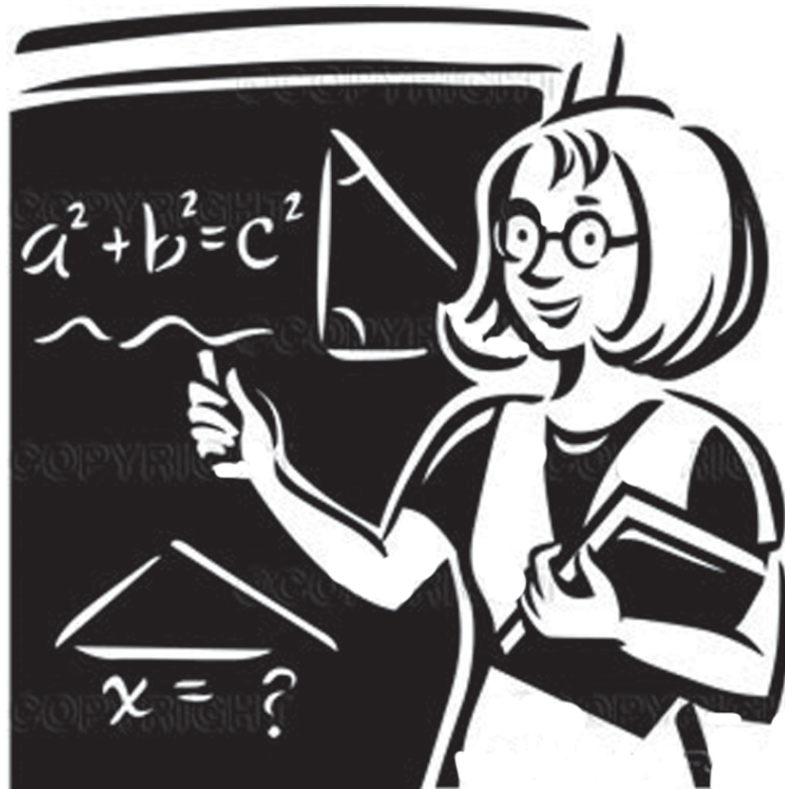


Políticas educacional no Brasil
(Fonte: <http://ed-web3.educ.msu.edu>).

INTRODUÇÃO

Caro aluno,

nesta aula, estudaremos sobre os programas e projetos que foram executados pelo Governo Federal depois da ditadura militar. Com a abertura política, o país inicia um processo de redemocratização e consolidam-se as ações previstas na legislação vigente (Lei 5.692-71). O governo formula projetos para atenuar as diferenças na formação dos professores, nos métodos pedagógicos e nas condições estruturais das escolas. Investe também na transferência de recursos da União para os Estados e Municípios para que sejam viabilizados os programas e os projetos nos respectivos municípios.



Professor.
(Fonte: <http://1.bp.blogspot.com>).

PROGRAMAS E PROJETOS

Ao longo do processo histórico e com a demanda crescente de pessoal ‘qualificado profissionalmente’, mas sem trabalho para atender ao mercado, o governo assume estratégias diferenciadas no sistema de ensino, alterando, significativamente, a estrutura organizacional das escolas que ofereciam o ensino de 2º grau naquela época. Esta alteração aboliu a Lei 5.692-71, homologando a Lei 7.044-82 – uma emenda à Lei 56921-71 – que suprimiu o caráter de obrigatoriedade da profissionalização nas escolas públicas do Brasil. A expressão “qualificação do trabalho” foi substituída por “preparação para o trabalho”, enfatizando a formação integral do aluno. Um panorama educacional, neste período, pode ser caracterizado pela “[...] repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parte das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional” (GHIRALDELLI JUNIOR, 1990, p. 165).

Como afirma Germano, o acesso à escola “[...] tem acompanhado o perfil de distribuição da renda e da desigualdade social” (1993, p.171) muito presente na contemporaneidade. Apresentaremos, a seguir, algumas noções informativas de projetos e programas do governo federal.

O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em 1967, no governo de Costa e Silva, tinha como meta um esforço nacional de alfabetização de adultos na faixa etária de 15 a 35 anos de idade. Não alfabetizava diretamente, mas orientava, supervisionava, coordenava e financiava supletivamente os municípios e ou comunidades interessadas em desenvolver ações de alfabetização nos seus respectivos municípios. O trabalho tinha duas etapas: alfabetização e educação integrada. Além do seu objetivo principal, o órgão interessava-se pelo aconselhamento vocacional, aprendizado e exercício de uma profissão e/ou encaminhamento para futuros estudos, podendo ser considerado como uma medida de captação e contenção do operário, de modo a dar o mínimo de qualificação aos trabalhadores.

Esse movimento não conseguiu sequer baixar o índice percentual de analfabetos no Brasil, permanecendo o problema até hoje praticamente inalterado apesar da grande quantidade de postos, recursos e métodos de ensino utilizados, o que leva a crer que o problema perpassa por questões sócio-econômicas da população brasileira. Assim, a falta de vontade política e o adequado financiamento prejudicaram a ação educacional daquela época.

O Mobral foi um programa de alfabetização que se opôs às idéias políticas e anti-burocráticas de Paulo Freire. Na prática, não conseguiu atingir os objetivos planejados. Foi extinto em 1986, sendo substituído pela Fundação Educar. O projeto inicial fazia dessa fundação apenas um organismo de financiamento e de movimentos alfabetizadores no âmbito da sociedade civil. No entanto, seu funcionamento não passou de mero desempenho de atividades pautadas nas diretrizes estabelecidas no momento de sua criação, sendo extinta no governo de Fernando Collor de Melo no início de 1990, sem que se tivesse feito uma avaliação dos programas em andamento.

Paralelo às reformas educacionais, o ensino supletivo buscou alcançar maior contingente da população analfabeta, principalmente àqueles que nunca freqüentaram a escola na sua respectiva faixa etária, bem como os reprovados e evadidos do ensino regular. O supletivo tem como funções básicas: o suprimento – atualização para o retorno ao ensino regular; a qualificação – preparação para o trabalho sem exigência do nível de escolaridade; e a aprendizagem – formação metódica no trabalho por empresas. Além de ter uma estrutura, duração e características diferentes dos outros cursos de formação normal, o ensino supletivo difere dos outros por ser ministrado livremente através dos modernos meios de comunicação de massa.

Neste período, foram incentivadas as Escolas de Aprendizes, através de apoio, organização e programas de cursos de aperfeiçoamento; atualização e qualificação para a população adulta, por meio de cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAI, SENAC e pelas Escolas Técnicas.

As reformas do ensino destacaram também a utilização do uso tecnológico: rádio, televisão, cinema e sistema de correios. O Estado desenvolveu projetos nesta área, como o Projeto de Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), na década de 70 que tinha a pretensão governamental do Brasil Potência e o Projeto EDUCOM que consistia em projetos de experiências a serem desenvolvidas em escolas de 2º grau sob controle das universidades, onde se definiria uma política de informática na educação.

Do ponto de vista Constitucional, a educação inspirou-se nos ideais liberais, aparentemente democráticos, incorporando os lemas considerados importantes, conforme estabelece o art. 176 da Constituição Federal “[...] a educação inspirada no princípio de unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, será dada no lar e na escola” (BRASIL, 1988).

No entanto, serão negados, na prática, os recursos necessários para a sua implantação. Nesta época, no Brasil, uma parte substancial da sua população pertencente às classes subalternas sequer teve acesso à escola por vários fatores. Além disso, havia uma política educacional que tinha a

pretensão de suprir um quadro de carências, que se traduzia na pura e simples exclusão da escola ao grande contingente populacional pela falta de promover condições reais de permanência na escola.

A partir de meados dos anos de 1970, o esgotamento do chamado milagre econômico aportava para um conjunto de bons resultados no campo da economia. Existia alto nível no crescimento econômico da produção, tinha-se gerado poupança e assegurado razoável estabilidade monetária, diminuindo-se os efeitos da inflação divulgados pela propaganda governamental. Isto contribuiu decisivamente para que o projeto de educação implantado em 1964 perdesse seu caráter nacional, voltando ao desenvolvimento de ações e programas dirigidos às áreas mais pobres do país (região Nordeste e Norte, mas especificamente na zona rural).

O Governo Federal Ernesto Geisel introduziu, na política educacional do país, mecanismos de coordenação das políticas e programas sociais, objetivando “ajudar” aos “carentes”, por meio de projetos que levaram a uma pulverização de recursos, passando a financiar atividades ligadas a área social para atender às necessidades de regiões ou locais bastantes diferenciados e específicos.

O ensino supletivo, criado pelo Parecer 699-72 do CE, teve como finalidade suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tinham seguido ou concluído o curso regular em idade própria. Assim, o supletivo proporcionaria, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento e ou atualização para os que pudessem seguir o ensino regular no todo ou em parte. A Lei incentivava a procura de novos modelos de organização escolar, e esta flexibilidade ensejou diversas experiências mais ou menos significativas. São funções básicas do ensino supletivo:

- a) Suplência – suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído o curso. É a escolarização intensiva ou extensiva;
- b) Suprimento – proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.
- c) Aprendizagem – formação metódica no trabalho, a cargo das empresas ou de instituições por estas criadas e mantidas, a exemplo do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), ambos criados na década de 40.
- d) Qualificação – visa efetivamente à profissionalização, sem preocupação com a educação geral. É o preparo profissional proporcionando aos não aprendizes, tecnicamente falando, em níveis inferiores, idênticos ou superiores níveis de aprendizagem.

Os cursos supletivos no Brasil procuram, mediante a complementaridade e a equivalência entre o ensino regular e o ensino supletivo, dissimular a sua função de garantidor dos interesses das classes dominantes, ou seja, destinar ensinamentos distintos para as classes sociais distintas, legitimando a desigualdade dos padrões de escolarização existentes, em termos de duração e de conteúdo. As funções de suplência e suprimentos permitem dissimular o fato importantíssimo da existência do setor autônomo da aprendizagem destinados a jovens da classe trabalhadora para continuar a pertencer a ela, ou seja, uma prática cotidiana de reproduzir a estrutura de classes mediante educação sistemática. Esses são os argumentos para explicar as contradições de carências conjunturais no nosso país.

Nesse sentido, foram implantados inúmeros programas de impacto político-social que envolvia toda a comunidade, a exemplo do PRODECOR – Programa Nacional de Desenvolvimento de Comunidades Rurais, 1976; PIASS - Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste, 1976; PRODASEC – Programa de Ações sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano, 1980; PRONASEC – Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as populações Carentes do Meio Rural, 1980 e o Programa de Educação Pré-escolar, em 1981. A propósito deste projeto, Barreto e Arelaro escreveram que o “[...] apoio prestado por este projeto à mais precária das redes de ensino do País constitui, entretanto, um esforço sobremodo modesto diante das dimensões apresentadas pelos seus problemas estruturais” (1986, p. 8).

Nesse período, a educação foi uma das políticas sociais que serviu à cooptação das classes subordinadas. A prioridade deixa de ser em torno do crescimento econômico e passa a ser regida como instrumento para atenuar a situação social, criando a ilusão de que, mediante o planejamento e a administração, é possível promover a participação de todos no bem comum. Nessa época, uma ciranda de projetos já citados resultou numa fragmentação da política educacional e na pulverização de recursos.

Em 1975, o governo retomou a chamada municipalização do ensino. Tal estratégia justificou-se pelo fato de transferir aos municípios os encargos, cada vez maiores, com o ensino de 1º grau que se tornou obrigatório a partir dos 7 anos aos 14 anos. Cabia aos municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcançasse a idade escolar para proceder a sua chamada para matrícula. O Art. 58, parágrafo único estabelece que “[...] as providências de que trata este artigo visarão à progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços de educação, especialmente de 1º

grau, que pela sua natureza possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais.”

A responsabilidade desse grau de ensino é do município que deve atender à população em idade escolar de 7 a 14 anos, incentivando, assim, a municipalização do ensino. A municipalização do ensino foi a política adotada pelo governo federal e pelos governos estaduais, desde os idos de 1970, para promover a implantação de projetos, como o Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao ensino Municipal – PROMUNICÍPIO e o Programa de Expansão e Melhoria da educação no Meio Rural do Nordeste – EDURURAL justificado pelo MEC como uma necessidade de “descentralizar” e “democratizar” o sistema de ensino, transferindo para a esfera municipal.

A criação desses projetos se constituiu num marco significativo da municipalização da ação federal na área da educação que foram geridos e gestados pela instância federal, com forma de intermediação política e administrativa do município, tornando-se um poderoso instrumento de políticas educacionais voltadas para o meio rural, cuja rede de ensino, na sua grande maioria, é da alçada municipal.

Esses planos e programas tiveram a finalidade de atender e suprir a carência de uma parte substancial da população localizada no Nordeste, em virtude da precária situação do ensino pertencente à zona rural, com as seguintes prioridades: melhoria das condições de ensino, melhoria da rede física e o fortalecimento do processo de planejamento, de forma a garantir a continuidade do processo de expansão e melhoria da educação no meio rural.

Em relação à elaboração dos planos, o governo federal organizou o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e propôs, segundo Demo (1997), que para esse plano o aproveitamento dos recursos humanos, como fator de produção e consumo [...] e o 1º grau, aparece claramente a meta de intensificar a preparação da mão-de-obra e de expandir as oportunidades de emprego.

No II Plano de Educação e Cultura, elaborado para o período de 1975-1979, estava prevista a necessidade de atualização de conhecimento científico e técnico, a expansão seletiva da pós-graduação, recomendando também o uso extensivo das telecomunicações na transmissão de programas extensivos à população. A política educacional se fundamentou em dois grandes objetivos: implementação do processo de desenvolvimento e a criação de uma sociedade democrática.

Assim, a educação deveria ser eficiente para transformar o homem em agente produtivo na sociedade. Propunha uma visão tecnicista: o plano tinha como objetivo assegurar meios de plena afirmação do homem brasileiro; promover sua integração na sociedade; capacitá-lo

para o desenvolvimento do país e garantir a democratização do acesso à educação e do sucesso individual e social.

A educação sofre uma queda substancial no seu crescimento e na determinação da qualidade do ensino por vários fatores: os movimentos populares adquiriram nova postura, realizando inúmeras greves; a intensa atuação da Igreja progressista junto às camadas subalternas e a negação conduzida pelo Estado, que passa a privilegiar as políticas de saúde e habilitação que disputam as verbas destinadas à educação.

Poderíamos questionar: de fato, o que mudou no cenário educacional neste período? É incontestável que os governos militares demonstraram uma preocupação acerca da democratização de vagas, aumento na construção de prédios escolares, aumento no número de matrícula. No entanto, o nível de ensino que mais cresceu foi o de pós-graduação em 1970. É possível dizer que as pressões políticas exercidas por parte de uma clientela intelectualizada tenha sido responsável pelo crescimento do ensino de pós-graduação no Brasil. Assim sendo, o topo da pirâmide cresce, antes que haja suficiente cobertura dos níveis inferiores.

No III Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1980 a 1985, foram asseguradas, para a educação, cinco prioridades, a saber: a educação no meio rural; a educação nas periferias urbanas; o desenvolvimento cultural; o planejamento participativo e o aperfeiçoamento da capacitação e alocação de recursos para os municípios.

Propagou-se, nesse período, uma educação voltada para a redução das desigualdades sociais por meio de estratégias de atuação nos setores de baixa renda da população, especialmente na zona rural e nas periferias, permanecendo desafiadoras as taxas de escolarização, índice de repetência e evasão, difícil adequação do sistema de ensino às particularidades da clientela da zona periférica e da rural.

Um projeto articulado por parte do Ministério da Educação promoveu ações e programas de 1º grau diretamente com os municípios, por meio de convênios tendo separado parte da quota federal do Salário-Educação para financiar programas municipais numa ação direta do MEC-Município, “[...] na verdade foi um esforço sistemático para fortalecer as bases políticas de sustentação do governo federal junto aos governos municipais” (MELO, 1993, p.18).

O Programa de Educação para todos, criado pelo Decreto nº 88.374/83, passou a destinar 25% da quota federal do salário-Educação aos municípios, configurando-se como veículo privilegiado por meio do MEC que criou mecanismos para transferência e controle dos mesmos. Assim, a instância estadual ficou reduzida à mera repassadora de informações puramente formais, restritas a uma declaração quanto à adequação dos projetos municipais. Estabeleceu também a ampliação e o redirecionamento dos Programas Nacional de

Alimentação Escolar (PANAe); do livro Didático (PNLD) e da Merenda Escolar (PNME), como mecanismos para amenizar, no interior da escola, os problemas pertinentes à reprovação, evasão e as desigualdades sociais que, sem dúvida, interferem no processo ensino-aprendizagem.

A partir de 1982, com a primeira eleição direta para governadores, o governo federal, através do MEC, perdeu, em definitivo, sua liderança como instância estratégica de articulação da política nacional de educação. Unidos de legitimidade, os novos governadores dispunham de autonomias para implementar políticas educacionais próprias.

O governo federal acabou com a Cota Federal do Salário-Educação, pois tinha grande poder de intervenção, utilizando novas formas de ação direta junto aos municípios. Guionar N. de Melo, afirma que, em 1983, o Decreto 88.374, reservou 25% dos 30% que constituem a cota federal do Salário de Educação para financiamento a programas municipais, mediante convênios diretos com o MEC e as prefeituras. Tecnicamente esses programas deveriam ser avaliados pelo Conselho Estaduais de Educação (CEE), mas, em função da carência dos municípios e das práticas político-clientelistas que os orientaram, grande parte dos convênios foi submetido a uma aprovação meramente formal.

A escola, ao longo dos anos, é a persistência dos excluídos, continua excluindo grande parte da população, distribuindo-a conforme sua situação econômica. Assim, a taxa de analfabetismo da população de mais de 15 anos representa 19% da população. Nessa faixa etária, dos que ingressam na escola, apenas 58% conseguem chegar à segunda série do 1º grau e os demais são reprovados e se evadem precocemente.

Para Cunha, o ensino de primeiro grau brasileiro retém um número grande de crianças na fase de escolarização obrigatória: dos que ingressam na primeira série só os aprovados têm a probabilidade de 82% de chegarem à quarta série e 48% de chegarem à oitava série. Esses percentuais são agravados se comparados entre a zona urbana e rural, caracterizando muito bem o papel da exclusão social que a escola assume, sem levar em conta a exclusão anterior ao ingresso da criança por falta de vagas nesta época em questão.

Em 1986, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Município representa um redirecionamento na forma de o MEC se relacionar com os municípios. Esse programa procurava amenizar a situação da escola, mas não significava que conseguiram ‘resolver’, por entender que a questão era de ordem meramente social. Diante da situação exposta, o Brasil foi apontado como o país latino-americano mais importante na produção de ciências. Contraditoriamente, expõe realizações sem relevo na educação básica. Dados demonstram que, nas séries iniciais do ensino de 1º grau, os problemas vão desde os que nunca frequentaram a escola, aos que saem sem completar sequer o ano letivo, enquanto que a

qualidade do ensino demonstra a incapacidade do sistema em resolver esses problemas, gerando alta taxa de repetência e evasão.

A crise do ensino brasileiro exige, portanto, a elaboração de diretrizes político-econômicas voltadas para o aumento de recursos destinados à educação; para a diminuição das diferenças entre as regiões; revisão curricular; melhoria das condições de trabalho e de salário dos professores, bem como de sua qualificação.

Segundo dados publicados no Plano Decenal de Educação para Todos de 1993, o Brasil vem enfrentando sérios problemas econômicos que trouxeram, como conseqüência, o nível crescente de desigualdade social e regional, onde o número de pessoas vivendo na absoluta pobreza aumentou de 29,5 para 39,2 milhões, estando a maior parte concentrada na Região Nordeste (56%). A acentuação das desigualdades reflete as condições de acesso à escola, e de extensão da escolaridade, por motivo da incorporação de crianças e jovens na idade escolar ao mercado de trabalho.

Neste sentido, o país deverá levar à frente um projeto político de inclusão das camadas populares, penalizadas no direito de usufruir dos bens culturais produzidos pela escola ao longo da história do Brasil. Isto implicará em recursos financeiros, vontade política e pessoal qualificado.

ATIVIDADES



Consulte o site do MEC para entender os aspectos pertinentes à Lei nº 7.044-82 no que se refere à obrigatoriedade à profissionalização nas escolas públicas de modo a compreender as mudanças estabelecidas pela homologação dessa lei.

Entreviste pessoas da comunidade que relate sobre a época do regime militar acerca da escola pública.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Como forma de atenuar a situação das comunidades localizadas na zona rural, os municípios receberam verbas do governo federal e do Banco Mundial, recursos para a construção, reforma de estabelecimentos de ensino e para formar professores que foram, através do curso de formação intitulado LOGOS II, habilitados, pois a grande maioria da zona rural era leigo. Além disso, os recursos também serviram para elaboração de cartilhas específicas para a zona rural, como forma de resolver os problemas pedagógicos (métodos de alfabetização) dentre outras ações que, porventura, vocês ouviram dos professores e ou diretores das escolas visitadas.

O problema de centralização ou descentralização de verbas ou ampliação das liberdades de Estados e Municípios terá que ser encarado ao nível político como renegociação da distribuição do poder, exigindo novas lideranças com metas e objetivos concretos, capazes de resolver o problema de democratização do ensino.

Decerto, num país como o nosso, de exclusão, é preciso buscar canais mais abertos à democratização, sem considerar o neoliberalismo como alternativa possível, já que este certamente contribuirá para maior exclusão da maioria da população, buscando entender as determinações históricas que explicam as mudanças em todos os setores da vida social. Isto vai provocar a luta pela volta ao estado de direito, a recuperação da sociedade civil e o caminhar para uma “abertura calculada”.

A institucionalização democrática do País custou caro à educação, sobretudo do ponto de vista da gestão que, sob a tutela do MEC, criou a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o incentivo ao processo de municipalização do ensino de primeiro grau. Isto foi concebido mais como “prefeiturização” das escolas do que como descentralização de decisões com a participação das instâncias locais, ou seja, a reconcentração de poder em nível municipal, agravando a situação da educação do País.

Ademais, a política de educação prevista pelo governo militar demonstrou decadência em todos os níveis: o ensino de 1º grau apresentou altas taxas de repetências e evasão principalmente nas séries iniciais; o ensino de 2º grau, definido como profissionalizante, não apresentou características concretas de sua finalidade e, por isso, contou com poucas verbas, uma vez que a política do MEC concentrou esforços no ensino de 1º grau; as escolas técnicas perderam seu caráter vocacional e de nível de

instrução, ou seja, não conseguiram transmitir a noção de uma profissão, além do que não houve absorção do contingente de formados no mercado de trabalho e, por fim, o ensino superior, após a reforma de 1969, mudou a forma. As universidades começaram a conviver com verbas insuficientes e, a partir de 1984, os sinais de crise tornaram-se visíveis por meio da proibição de contratação de funcionários e professores, baixos salários e a falta de condições materiais para a pesquisa e a extensão, culminando tudo isso com a avalanche de aposentadorias.

CONCLUSÃO

Acirram-se as questões acerca do público e do privado. O ensino público passa por um processo de descrédito por parte da população que vem até nossos dias: para muitos o ensino é de baixa qualidade, prejudicado pelas greves sucessivas que, ao invés de colocar a população a favor do público, reforça o ensino privado. As longas greves contribuem para importantes mudanças no plano ideológico, que só beneficiam o privatismo: a idéia de que o público é ruim, e o particular é bom; de que a administração pública não tem competência para prestar serviço público.



RESUMO

Caros alunos, o Brasil empenhou-se na promoção de políticas educacionais voltadas para minimizar situações de carências na qualificação profissional dos docentes, no fracasso escolar do 1º grau (em particular nas séries iniciais), na elaboração de métodos pedagógicos e nas condições de infra-estrutura, dentre outras. Vários projetos e programas não devem ser esquecidos: Mobral; Ensino supletivo; SACI, PRODECOR, EDURURAL, PROMUNICIPIO, PIASS, PRODASEC, PRONASEC, FUNDAÇÃO EDUCAR e os planos voltados exclusivamente para as escolas localizadas na zona rural, numa perspectiva de universalizar o ensino e democratizar oportunidades educativas para as classes menos favorecidas, num esforço nacional de sanar problemas educacionais. Entretanto, a solução está longe de ser

AUTO-AVALIAÇÃO

Quais os projetos educacionais eu conheço? Serei capaz de distingui-los?



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, veremos sobre a educação e a legislação do ensino brasileiro



REFERÊNCIAS

- BARRETO, Elba S. de S.; ARELARI, Lisete R. A municipalização do ensino de primeiro grau: teses controvertidas. **Em Aberto**. Brasília. 1986, 29. p. 1-13.
- BARROS, Samuel Rocha. **Estrutura e funcionamento do ensino de 2º Grau. De acordo com a reforma do ensino de 1º e 2º Graus: Lei 5.692/71**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1984
- CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. São Paulo: Moraes, 1985.
- DEMO, Pedro. **A nova LDB. Ranços e avanços**. São Paulo: Papirus, 1997.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.
- GERMANO, José Willigton. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira. A organização escolar**. 14 ed. Campinas: São Paulo, 1995.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 14 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

SOARES, Maria José Nascimento. **Educação municipal em Simão Dias: reconstituição histórica (1970-1990)**. 1996. 139 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

WARDE, Mirian Jorge. **Educação e estrutura social. A profissionalização em questão**. 3 ed. rev. São Paulo, 1983